



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

GT 04: Democratização, autoritarismo e democracia nos países lusófonos

Coordenadores:

Antonio Costa Pinto

Titulação mais alta: Livre Docência
Filiação institucional: Universidade de Lisboa
Função na instituição: Professor

Francisco Carlos Palomanes Martinho

Titulação mais alta: Pós Doutor(a)
Filiação institucional: Universidade de São Paulo
Função na instituição: Professor

BRASIL E PORTUGAL: TRANSIÇÃO E PERCEPÇÃO DOS AVANÇOS DEMOCRÁTICOS

Maria Salete Souza de Amorim

Titulação: Doutora em Ciência Política
Filiação Institucional: Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Função na instituição: Professora e Pesquisadora
E-mail: saleteamorim@uol.com.br



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Introdução

As transições democráticas ocorridas nos países lusófonos, como Brasil e Portugal, apresentam traços comuns em meio a suas particularidades, de modo a fornecer elementos importantes para a compreensão das atitudes e percepções dos cidadãos em relação ao passado autoritário e ao futuro da democracia. Com base em pesquisas de opinião pública, estudos revelam alguns fenômenos políticos observados em países democráticos como a convivência de valores democráticos com práticas autoritárias e conservadoras, o declínio da confiança política institucional e um consequente afastamento dos cidadãos da esfera da política.

A perspectiva aqui adotada parte do pressuposto de que a confiança e a participação política são fatores importantes para o fortalecimento das instituições democráticas. Pesquisas revelam que os índices de confiança na política variam em função da avaliação que os cidadãos fazem do desempenho econômico dos governos e da atuação das instituições políticas em geral (MOISÉS; CARNEIRO, 2008). Com relação aos níveis de participação política, há uma ênfase na participação convencional ou formal, avaliada pela predisposição dos cidadãos em participar de eleições e referendos.

No Brasil, pesquisas de opinião mostram que cerca de 50% dos brasileiros votariam ainda que o voto não fosse obrigatório, ou seja, a escolha dos governantes pelo sufrágio universal e direto tem se revelado fundamental para a compreensão da concepção da democracia brasileira (ESEB, 2002). No caso de Portugal que adotou como regra o voto facultativo, pode-se observar também um crescente envolvimento e participação dos cidadãos nas últimas eleições para presidente da República e eleições Legislativas.

Nesse contexto, o objetivo do artigo é comparar os avanços democráticos entre Brasil e Portugal, utilizando-se de dados recentes disponibilizados pelo Eurobarômetro e Latinobarômetro. Tendo em vista problematizar o legado de suas transições políticas e os elementos definidores do comportamento democrático nos referidos países, busca-se construir um paralelo a respeito da satisfação com a democracia e da confiança política dos cidadãos. A partir da literatura sobre o tema, o artigo aborda a trajetória da democracia ao longo destes últimos anos, destacando avanços importantes na esfera político-institucional. Num segundo momento, é desenvolvida análise descritiva



ilustrada por gráficos de linha e tabelas que visualizam trajetórias e evoluções da confiança nas principais instituições democráticas do Brasil e Portugal.

1. Trajetória das democracias desde a terceira onda de democratização

Portugal e Brasil vivenciaram regimes autoritários por longo período de tempo e ambos os países fizeram parte da terceira onda de democratização, iniciada em 1974, e caracterizada por Samuel Huntington como um movimento mundial em direção à democracia. “Dos 29 países que se democratizaram entre 1974 e 1990, 23 haviam tido experiência prévia com a democracia”, argumenta Huntington (1994, p. 52). Nesta onda estavam incluídos países com regimes autoritários que apresentavam características diversas, como ditaduras militares, de partido único, personalistas e oligarquia racial, como no caso da África do Sul. Essas novas democracias se caracterizam, segundo o autor, por duas premissas básicas: garantia das liberdades civis e dos direitos políticos.

O golpe militar de abril de 1974, liderado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), terminou com quatro décadas de regime autoritário em Portugal (1926-1974), iniciando uma transição política baseada em negociações entre os militares e os partidos políticos sobre o futuro da democracia. Nesse mesmo ano, iniciava-se no Brasil uma “distensão” lenta e gradual do regime militar conduzida pelo General Ernesto Geisel, um processo de liberalização política que duraria por mais quinze anos até a realização da primeira eleição direta para presidente da República, em 1989.

Como país-membro da União Européia¹, Portugal se insere no debate democrático desde o processo revolucionário de 1974-1975, que possibilitou a ampliação da participação política e as formas de organização social. De acordo com Nunes e Serra (2002), a ampliação e a pressão dos movimentos sociais foram fundamentais na primeira fase da Revolução portuguesa, pois contribuíram para formatar uma democracia pautada na participação popular. Nesse período, os autores argumentam que:

os trabalhadores da indústria, da agricultura e dos serviços, os movimentos de moradores de bairros urbanos, os estudantes, os intelectuais e os militares levariam a cabo um conjunto extremamente rico e sem precedentes de

¹ União Européia, fundada em 1993, tem hoje 27 países membros, os quais participam de um projeto de integração política e econômica.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

experiências de mobilização de massas, de constituição de organizações populares de base e de diversas formas de democracia participativa (NUNES e SERRA, 2002, p. 264).

A Constituição promulgada em 1976 assegurou o sufrágio universal, direto e secreto em Portugal, e as primeiras eleições legislativas e presidenciais foram realizadas no mesmo ano. O socialismo passou a ser definido como um objetivo da sociedade portuguesa e formas de democracia participativa e a garantia de direitos políticos e sociais foram contemplados no texto constitucional. Foi instituído o poder legislativo unicameral (Assembleia da República) e como forma de governo o semi-presidencialismo, caracterizado pelo equilíbrio entre o poder Executivo e o Legislativo.

O semi-presidencialismo em Portugal conjuga a legitimação do chefe de Estado, presidente da República eleito para um mandato de cinco anos, com possibilidade de reeleição, com a responsabilização política do chefe de Governo, primeiro-ministro parlamentar. De acordo com os autores Marina Costa Lobo, Antonio Costa Pinto e Pedro Magalhães (2009), o semi-presidencialismo presente em países lusófonos como Portugal, Angola, Moçambique e Timor-Leste, entre outros, caracteriza-se pela partilha do poder: o presidente é eleito por sufrágio universal e como chefe de Estado detém poderes como dissolver o parlamento, propor projetos de lei, e conduzir a política externa. Por sua vez, o primeiro-ministro é nomeado pelo presidente e ratificado pela maioria do parlamento, e como chefe de Governo, é o responsável pela condução da política do país.

O Governo, formado pelo primeiro-ministro, por ministros e secretários de Estado, se constitui e se mantém quando obtém maioria e apoio no Parlamento. Na ausência de apoio é comum ocorrer demissões do primeiro-ministro, como aconteceu recentemente em Portugal quando José Sócrates apresentou demissão em março de 2011. Diante de uma crise política, o presidente dissolveu o Parlamento e convocou novas eleições para a composição do novo governo. Nesse caso, as eleições legislativas foram realizadas em 05 de junho de 2011, tendo conquistado a maioria de votos o Partido Social-Democrata (PSD), liderado por Pedro Passos Coelho. O Partido Socialista (PS), liderado por José Sócrates que tentou reeleição, saiu derrotado.

Na contabilização, o PSD conquistou 105 cadeiras, com 39% dos votos, o PS obteve 73 cadeiras, com 28% dos votos e o CDS-Partido Popular conquistou 24



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

cadeiras, com 12% dos votos. O novo primeiro-ministro deverá formar um governo de coalizão com o apoio do Partido Popular. A seguir, as Tabela 1 e 2 apresentam a relação dos presidentes e dos primeiros-ministros e seus respectivos partidos políticos no período democrático.

Tabela 1 - Presidente da República (Portugal: 1976-2011)

Presidente	Partido Político	Período
Ramalho Eanes	Partido Renovador Democrático	1976-1986
Mário Soares	Partido Socialista	1986-1996
Jorge Sampaio	Partido Socialista	1996-2006
Cavaco Silva	Partido Social-Democrata	2006-2011
Cavaco Silva	Partido Social-Democrata	2011 -

Fonte: Governo de Portugal – Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt>

Tabela 2 - Primeiro-Ministro (Portugal: 1976-2011)

Primeiro-Ministro	Partido Político	Período
Mário Soares	Partido Socialista	1976-1978
Mota Pinto	Partido Social-Democrata	1978-1979
Maria de Lourdes Pintasilgo	Partido Socialista	1979-1980
Sá Carneiro	Partido Social-Democrata	1980-1980
Freitas do Amaral	Centro Democrático Social	1980-1981
Pinto Balsemão	Partido Social-Democrata	1981-1983
Mário Soares	Partido Socialista	1983-1985
Cavaco Silva	Partido Social-Democrata	1985-1995
Antonio Guterres	Partido Socialista	1995-2002
Durão Barroso	Partido Social-Democrata	2002-2004
Santana Lopes	Partido Social-Democrata	2004-2005
José Sócrates	Partido Socialista	2005-2011
Pedro Passos Coelho	Partido Social-Democrata	2011-

Fonte: Governo de Portugal – Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt>

A Terceira República de Portugal é marcada pela polarização política entre o Partido Socialista, de perfil mais ao centro-esquerda e o Partido Social-Democrata de cunho mais conservador. O general Ramalho Eanes, então presidente do Conselho da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Revolução, candidato único, foi eleito e assumiu a presidência da República por dois mandatos consecutivos (1976-1980 / 1980-1986). Com a revisão constitucional de 1982, este Conselho foi extinto e o poder do presidente e dos militares ficou circunscrito ao poder político-partidário, uma espécie de parlamentarização do sistema político (BAYERLEIN, 1996). Nas últimas eleições presidenciais 2011: Aníbal Cavaco Silva (PSD e CDS-PP) obteve 52,94% dos votos e foi reeleito para um mandato de 5 anos, e Manuel Alegre, apoiado pelo Partido Socialista e Bloco Esquerda, obteve 19,75%. Nesse momento, Cavaco Silva tem um importante papel de mediador entre os partidos políticos e os agentes internacionais de apoio financeiro, de modo a evitar uma crise política e econômica de maiores proporções.

No caso do Brasil, analistas destacam duas características principais da transição política. Primeiro, ocorreu devido a uma crise interna do regime no âmbito político, econômico e social; e segundo, ocorreu por pressões políticas nacionais e internacionais obedecendo “à lógica de um pacto entre elites regionais, sustentado por facções militares, e não de um pacto estabelecido entre porta-vozes de instituições partidárias” (CAMPELLO DE SOUZA, 1988, p. 569). Segundo a autora, esse é o caráter problemático e de durabilidade da transição brasileira: a ausência de democracia política e social no país não poderia ser resolvida apenas por arranjos constitucionais, seriam necessários vivência democrática e o fim das desigualdades sócio-econômicas do país. A Nova República Democrática nasceu, portanto, sob os alicerces institucionais do regime autoritário, e a transição se caracteriza como um processo de negociação e de liberalização, sob o comando dos militares e dos políticos tradicionais.

Os militares brasileiros se apropriaram estrategicamente do partido do governo, Aliança Renovadora Nacional (ARENA)², para fins de sua legitimidade política. A reforma partidária de 1979 estabeleceu novas regras para a criação de partidos políticos, visando fragmentar a oposição nas eleições diretas para governador e para a composição do Legislativo Nacional e Estadual, marcada para outubro de 1982. Partidários da ARENA formaram o Partido Democrático Social (PDS), e partidários do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) dividiram-se basicamente entre quatro partidos novos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático

² Com a reforma partidária de 1965 os partidos políticos em vigor tiveram seus registros cancelados e foram criadas duas agremiações partidárias: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido dos Trabalhadores (PT), com suas respectivas lideranças políticas que desempenharam um papel importante na transição do regime democrático.

A longa duração da transição política brasileira, a partir dos anos 1970, suscitou uma série de estudos sob diferentes perspectivas analíticas. Carlos Arturi (2001) em sua pesquisa sobre o tema aponta que “o processo de liberalização política no Brasil foi, entre todos os casos recentes de transição, o mais controlado pelos dirigentes autoritários” (p. 11), o que refletiu em prerrogativas políticas e sua continuidade no poder, assim como a dificuldade de consolidar um regime democrático pautado em instituições políticas sólidas e neutras.

A Constituição Brasileira, promulgada em 1988, seguindo os princípios do Estado Democrático de direito, assegurou direitos políticos, canais de participação, e eleições para cargos executivos e legislativos. No Brasil foram realizados dois plebiscitos, ambos para sondar a opinião dos cidadãos sobre a forma de governo: em 1963, o parlamentarismo foi rejeitado e foi estabelecido o presidencialismo; e em 1993, a consulta foi a respeito da forma de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) e sobre o regime de governo (República ou Monarquia). A opção foi pela República e pelo presidencialismo. Em 2005 foi realizado um referendo acerca do artigo 35 do Estatuto do Desarmamento, que previa a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil. A proposta foi rejeitada por 64% por votos. Dessa forma, a comercialização e a posse de arma prosseguiram permitidas, mantendo as mesmas exigências anteriores: o cidadão precisa registrá-la no momento da compra e mantê-la em seu domicílio.

Desde a redemocratização, o Brasil realizou seis eleições presidenciais. Em 1989, Fernando Collor de Mello, candidato pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), foi o primeiro presidente civil eleito para um mandato de quatro anos. Devido a denúncias de corrupção no governo, sofreu processo de *impeachment* e foi afastado do cargo em 1992. As eleições presidenciais de 1994 foram bastante disputadas entre os candidatos, e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) venceu o pleito. Numa controvertida aprovação do projeto de emenda constitucional que permitia a reeleição aos ocupantes de cargos no Poder Executivo, Fernando Henrique lançou candidatura em 1998 e com apoio do Partido da Frente Liberal (PFL atual Democratas), foi reeleito.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Para as eleições presidenciais de 2002, o Partido dos Trabalhadores mudou a estratégia eleitoral firmando aliança com duas forças políticas opostas no espectro ideológico em torno da candidatura Lula da Silva: o Partido Liberal (PL) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Numa campanha mais pragmática do que ideológica, Lula venceu José Serra, do PSDB, com 61% dos votos. Nas eleições de 2006, Lula manteve a mesma estratégia, coligando-se com o Partido Republicano Brasileiro (PRB) e com o PCdoB, e foi reeleito com 61% dos votos (AMORIM, 2010).

A eleição presidencial de 2010 foi disputada por nove candidatos, dentre os quais três se destacaram nas urnas no 1º turno: Dilma Rousseff, do PT, com 47% dos votos válidos; José Serra, do PSDB, com 33% dos votos; e Marina Silva, do Partido Verde (PV), com 19% dos votos. A presença de duas candidaturas femininas à presidência da República e o significativo percentual de votos obtidos pelo PV, um partido pequeno que emergiu em meio à disputa entre os dois maiores partidos nacionais, marcaram o recente processo eleitoral do Brasil.

A aliança partidária em torno da candidatura de Dilma Rousseff reuniu dez partidos políticos e a coligação “Para o Brasil seguir mudando” contou ainda com o apoio de 16 governadores e de 40 candidatos ao governo dos Estados da Federação. A candidata Dilma Rousseff alcançou 56% dos votos válidos, contra 44% de José Serra, sendo eleita a primeira mulher presidenta do Brasil. A Tabela 3 apresenta a relação dos presidentes eleitos desde 1989.

Tabela 3 - Presidente da República - Brasil (1989-2011)

Presidente	Partido Político	Período
Fernando Collor de Melo	PRN	1989-1992
Itamar Franco	PMDB	1992-1994
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	1994-2002
Lula da Silva	PT	2002-2010
Dilma Rousseff	PT	2010-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Disponível em: <http://www.tse.gov.br>>

Atualmente existem 27 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cinco deles com força política no cenário nacional: Partido dos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Trabalhadores (PT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Democratas (DEM – antigo PFL) e Partido Socialista Brasileiro (PSB). Tendo em vista a ampla formação de coligações e alianças políticas, as campanhas eleitorais, desde 1994, têm sido marcadas pela polarização entre os dois maiores partidos nacionais: o PT e o PSDB (LIMONGI; CORTEZ, 2010).

Desde a transição política ambos os países vivenciam a alterância do poder, numa competição política estável, seguindo para um regime democrático consolidado. Do ponto de vista da institucionalização dos procedimentos democráticos, sobretudo pela realização de eleições livres e limpas, o grau de participação da população, a alternância no poder político, existência de um sistema partidário e regras eleitorais bem definidas, pode-se afirmar que as democracias do Brasil e Portugal tiveram avanços políticos importantes e são consideradas consolidadas politicamente.

Do ponto de vista culturalista, que defende que a qualidade e a estabilidade da democracia decorrem da existência de valores culturais democráticos, avalia-se que a consolidação de uma cultura política democrática nos países estudados ainda está em construção. Na seção seguinte são analisadas as atitudes políticas dos brasileiros e portugueses acerca das instituições democráticas.

2. Atitudes políticas dos brasileiros e portugueses em relação à democracia

Os estudos de cultura política representam um marco significativo na pesquisa comparada por permitir a observação de regularidades e de padrões atitudinais em relação ao sistema político. As orientações políticas dos cidadãos, internalizadas na dimensão cognitiva, afetiva e avaliativa, são de fundamental importância para promover a organização social, a participação política e a legitimidade do sistema político. De acordo com Almond e Powell Jr (1972, p. 38) a “cultura política envolve um conjunto de fenômenos que podem ser identificados e, até certo ponto, medidos. As pesquisas de opinião pública e de atitude são os primeiros instrumentos com que se pode tentar isso entre grandes grupos”. Quais as atitudes dos brasileiros e portugueses em relação à democracia e às suas instituições políticas?



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

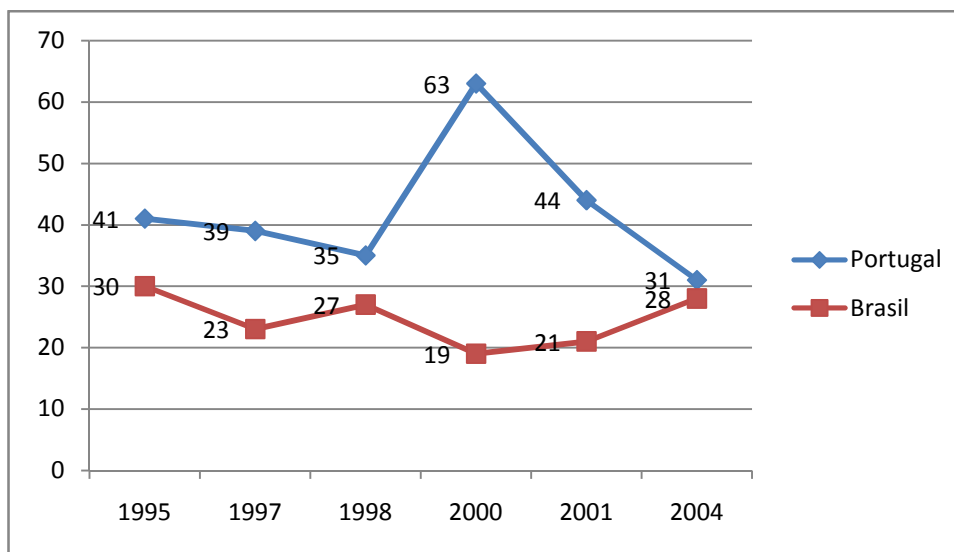
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Um dos fenômenos mais observados nas pesquisas sobre atitudes políticas nos países industrializados, assim como nos emergentes, é a diminuição da confiança nas instituições políticas nos últimos anos. Em parte, essa desconfiança está ligada à satisfação com o desempenho das instituições em relação à política, à economia nacional e ao desenvolvimento social. No Gráfico a seguir, os dados de pesquisa mostram a evolução da satisfação com a democracia para Portugal e Brasil.



Gráfico 1: Satisfação com a Democracia 1995-2004 (%)



Fonte: Eurobarometro e Latinobarometro

Geralmente, a sondagem sobre a preferência pelo regime democrático é utilizada para medir o apoio difuso numa sociedade, assim como questões sobre a satisfação com a democracia buscam avaliar o grau do apoio específico em relação à democracia. As pesquisas têm apontado que dado o apoio positivo em relação ao regime democrático, a insatisfação com a democracia revelaria uma atitude crítica em relação ao desempenho do regime democrático e uma exigência a respeito da qualidade da democracia, em seu aspecto político, econômico e social.

De acordo com o Gráfico 1, observa-se que o Brasil não alcança 30% de satisfação com a democracia ao longo dos últimos dez anos. No caso de Portugal, a média de satisfação chega a 42%, com algumas oscilações de natureza conjuntural, dada a avaliação que os cidadãos fazem do governo, da situação econômica, e da atuação partidária no momento da pesquisa. Esse quadro pode ser explicado, em parte, pelo desempenho das instituições políticas e pela confiança depositada nas mesmas. Segundo Relatório do Eurobarômetro de 2003 os portugueses se mostram mais insatisfeitos com o funcionamento da democracia do que a média dos cidadãos da União Européia.

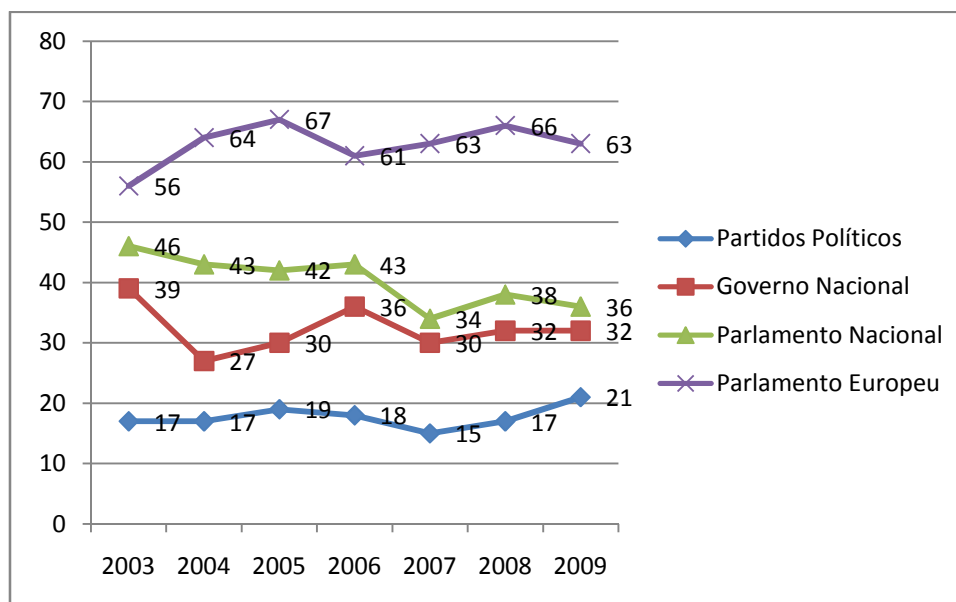
Aliás, Portugal é dos países onde o saldo comparativo entre as atitudes em relação às instituições nacionais e europeias é mais favorável às segundas, fenómeno especialmente visível no que respeita à confiança nas instituições, onde quer a Comissão e o Conselho, o Parlamento Europeu e o Tribunal de



Justiça são sistematicamente objecto de maior confiança por parte dos cidadãos do que, respectivamente, o governo nacional, a Assembleia da República e o sistema judicial português (EUROBAROMETER, 2003).

Os partidos políticos, historicamente considerados importantes canais de mediação e de representação política, têm recebido os maiores percentuais de desconfiança em ambos os países, revelando que se trata de um fenómeno que tem ocorrido em contextos desenvolvidos e em desenvolvimento, como ilustram os gráficos a seguir.

**Gráfico 2: Evolução da Confiança nas Principais Instituições Políticas
Portugal (%)**



Fonte: Eurobarômetro - soma das respostas “Muita Confiança” / “Alguma confiança”

Dados disponibilizados pelo Eurobarômetro confirmam a existência de uma baixa confiança institucional em Portugal. Como se verifica no Gráfico 2, a única instituição que dispõe de certo grau de confiança é o Parlamento Europeu. A confiança no Governo e no Parlamento Nacional estão em queda livre, alcançando patamares de 32% e 36% respectivamente. Entre as instituições nacionais, os partidos políticos são aqueles que inspiram menos confiança entre os cidadãos portugueses, chegando a 20%³.

³ Em Portugal existem 19 partidos políticos registrados no Tribunal Constitucional, dentro os quais seis com representação política no Parlamento, e particularmente quatro deles com uma atuação mais direta e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

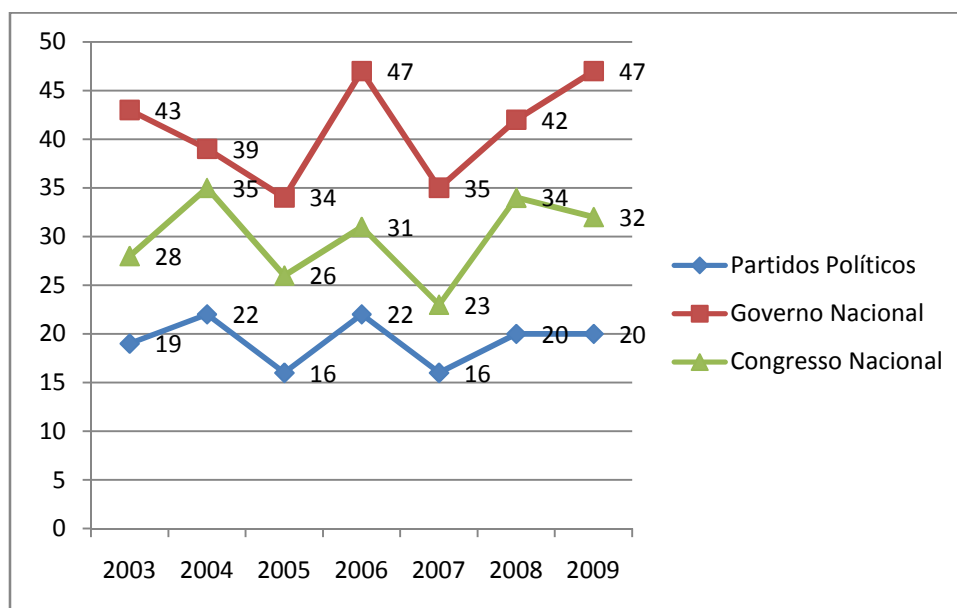
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Os motivos dessa desconfiança generalizada na política e nos políticos estão relacionados com a crise financeira que vive o país, com as crescentes denúncias de corrupção na política, e com a conseqüente decepção dos cidadãos com a atuação dos partidos, do parlamento e do governo.

Gráfico 3: Evolução da Confiança nas Principais Instituições Políticas

Brasil (%)



Fonte: Latinobarômetro - soma das respostas: “Muita Confiança” / “Alguma confiança”

Guardadas as devidas proporções e particularidades entre os países comparados, o Governo Nacional no Brasil alcançou um índice maior de confiança em relação a Portugal, somando 47% de “muita” e “alguma confiança”, em 2006 e 2009. Entre as possíveis explicações referencia-se a permanência de programas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e o crescimento econômico do período.

O ex-presidente Lula da Silva alcançou expressiva popularidade nos dois mandatos consecutivos, chegando a 80% em junho de 2009, dando ênfase ao “crescimento econômico com desenvolvimento social”. Contudo os escândalos de corrupção, envolvendo o alto escalão do governo, provocaram oscilações nos indicadores de confiança ao longo do período estudado.

permanente na política: o Partido Comunista Português (PCP), o Partido Socialista (PS), o Partido Social-Democrata (PSD) e o Partido do Centro Democrático-Social/Partido Popular (CDS-PP).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Em relação ao Congresso Nacional e aos partidos políticos, os dados do Gráfico 3 indicam uma média de confiança de 30% e 20% respectivamente. Nesse caso, os dados estão muito próximos dos encontrados em Portugal. Entretanto, o descrédito nos partidos políticos no Brasil, diante de um sistema presidencialista com poder executivo “forte” associado a um sistema de partidos “fracos e indisciplinados”, tem favorecido o personalismo político. De acordo com pesquisas realizadas na região, cerca de 70% dos eleitores votam na pessoa do candidato, não se baseando em critérios partidários, ideológicos ou programáticos. Dessa forma, a identificação partidária ocorre muito mais em função da relação que se estabelece entre candidatos e eleitores do que propriamente de uma identificação com as propostas dos partidos (BAQUERO, 2000).

Diante desses dados, a razão para confiar, segundo Moisés e Carneiro (2008) está relacionada aos princípios éticos e normativos das instituições, ou seja, o cidadão avalia o desempenho das instituições e o comportamento dos seus gestores políticos. Esses indicadores expressam um descontentamento da população diante da situação econômica, da incapacidade dos governos em responderem aos problemas sociais, da má qualidade dos serviços públicos e da impunidade frente à corrupção generalizada na política.

Considerações Finais

Decorridos mais de trinta anos depois da transição para o regime democrático, se observam avanços institucionais importantes de ordem política, econômica e social, em ambos os países estudados. Do ponto de vista procedimental, a democracia representativa está consolidada, sobretudo pela realização de eleições livres, limpas e periódicas e pela garantia dos direitos políticos, civis e liberdades individuais. Entretanto, ainda são muitos os desafios à democracia nos referidos países, especialmente no tocante à superação da crise econômica e o enfrentamento da corrupção na política.

Do ponto de vista dos valores e atitudes, a democracia nos países lusófonos ainda convive com resquícios do passado autoritário, em decorrência de uma cultura política híbrida, na qual convivem atitudes e valores democráticos, com individualismo, passividade, indiferença e desconfiança, que pouco contribui para a estabilidade e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

legitimidade da democracia. Esse hibridismo é fruto da ambigüidade da própria democracia, que mantém elementos políticos tradicionais dentro das formas políticas modernas.

Ao examinar as atitudes políticas dos brasileiros e portugueses nestes últimos anos foi possível constatar dois aspectos preocupantes: uma insatisfação com o desempenho do regime democrático e uma baixa confiança dos cidadãos nas principais instituições políticas nacionais, como os partidos políticos, o parlamento e o governo. Esses indicadores impactam negativamente sobre a qualidade institucional da democracia. E por mais importante e urgente que seja efetivar uma reforma política, a mudança atitudinal dos atores políticos e dos cidadãos em geral em prol de valores mais democráticos, contribuiria muito para o futuro da democracia nesses países.

Referências

ALMOND, Gabriel; POWELL Jr., G. Bingham. **Uma Teoria de Política Comparada**. Tradução: Narceu de Almeida Filho. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

AMORIM, Maria Salete S. Cenário político das eleições presidenciais 2010: estratégias eleitorais de campanha. Paper apresentado no **34º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, 25 a 29 de outubro de 2010.

ARTURI, Carlos S.. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. In: **Revista Sociologia e Política**, Nov. 2001, n.17, pp. 11-31.

BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre, Ed. Universitária/UFRGS, 2000.

BAYERLEIN, Bernhard H. Origens bonapartistas do semipresidencialismo Português. In: *Análise Social*, vol. xxxi (138), 1996 (4.º), 803-830.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred (org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. Banco de Datos de 1995-2005. Disponível em <http://www.latinobarometro.org>

COSTA LOBO, M.; COSTA PINTO, A.; MAGALHÃES, P. As instituições políticas da democracia portuguesa. In: VILLAVEVERDE CABRAL; COSTA LOBO; FEIJÓ (Orgs.). Portugal: uma democracia em construção. Ensaios de homenagem a David B. Goldey. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2009.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

EUROBAROMETER SURVEYS - European Commission Public Opinion. Interactive Search System. http://ec.europa.eu/public_opinion/cf/index_en.cfm - 1995-2009.

EUROBAROMETER – Public Opinion in the European Union – Spring 2003 – In: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb59/eb59.1_portugal.pdf - National Report, Portugal.

ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 1998-2002 (Banco de dados). Rio de Janeiro/Campinas: UFF/UNICAMP. In: Consórcio de Informações Sociais, 2004. Disponível em: <http://www.cis.org.br>

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda**. A Democratização no Final do Século XX. São Paulo, Ática, 1994.

LIMONGI, F; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. In: **Novos Estudos Cebrap**, n. 88, novembro de 2010, p. 21-37.

MOISES, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. In: **Opinião Pública**, Campinas, V. 14, n. 1, Junho 2008, p. 1-42.

NUNES, João Arriscado; SERRA, Nuno. “Casas decentes para o povo”: movimentos urbanos e emancipação em Portugal. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio e Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.